

L E I nº 2.954/2009

Data : 16 de junho de 2009.

Súmula: Autoriza o Poder Executivo Municipal a outorgar à Comunidade Evangélica Jesus Pão da Vida, Concessão de Direito de Uso de Imóvel e dá outras providências.

A Câmara Municipal de Bandeirantes, Estado do Paraná, aprovou e eu, Prefeito Municipal, sanciono a seguinte

L E I

Art. 1º - Fica o Poder Executivo Municipal, autorizado a outorgar à Comunidade Evangélica Jesus Pão da Vida de Bandeirantes, Estado do Paraná, entidade religiosa, inscrita no CNPJ sob nº 04.893.930/0001-72, estabelecida na Av. Bandeirantes nº 525, nesta cidade, de Bandeirantes(PR), concessão de direito de uso do imóvel, com a área de 1.470,00 m² (um mil, quatrocentos e setenta e metros quadrados), com a seguinte descrição: “um terreno partindo do ponto 01 medindo 49,00 m (quarenta e nove metros), confrontando-se com a Avenida Francisco Alves Pereira, até o ponto 02, onde deflete a esquerda e segue distância de 30,00 m (trinta metros), confrontando com a Rua Manoel da Silva Coutinho, até o ponto 03, onde deflete a esquerda segue distância de 49,00 (quarenta e nove metros), confrontando com os Lotes 17, 16, 15 e 14 da mesma Quadra, até o ponto 04, onde deflete a esquerda e segue distância de 30,00 m (trinta metros), confrontando com o Lote 30 da mesma Quadra, até o ponto 01, onde iniciou essa medição totalizando uma área de 1.470,00 m² (um mil, quatrocentos e setenta metros quadrados), o referido passara a ser denominado como Lote 31”, área esta unificada das Matrículas nºs 10.667, 10.668, 11.302 e 11.303, do Cartório do Registro de Imóveis desta Comarca de Bandeirantes(PR).

Art. 2º - O concessionário se obriga a construir no imóvel o seu templo religioso e ali desenvolver atividades religiosas.

Art. 3º - A concessionária deverá iniciar a construção no prazo de 12 (doze) meses, a contar da data da vigência da presente lei, e concluí-la no prazo de 24 (vinte e quatro) meses, sob pena de considerar-se rescindida de pleno direito esta concessão de direito de uso e reverter o imóvel ao Município, com as edificações eventualmente acrescidas, sem que nenhum direito haja para a concessionária a título de retenção por benfeitorias, indenização ou qualquer outro.

§ 1º - A concessão contida no “caput” deste artigo será pelo prazo de 10 (dez) anos, a contar da data de vigência desta Lei.

§ 2º - Expirado o prazo estabelecido no parágrafo anterior, ensejará a formalização da escritura pública definitiva de doação à concessionária, que será outorgada pelo Município.

§ 3º - A presente concessão de direito de uso do imóvel, descrito no art. 1º desta Lei, é em caráter temporária, pessoal e intransferível, salvo com expressa anuência do Município.

Art. 4º - A presente concessão de direito de uso será considerada rescindida de pleno direito, independentemente de notificação ou interpelação judicial, nos termos do art. 127 e 128 c/c o art. 390 do Código Civil, revertendo a posse do imóvel ao município, acrescida de suas benfeitorias, caso a concessionária ceder no todo ou parcialmente, o imóvel, objeto desta Lei, a qualquer título, ou der destinação diversa da constante no art. 2º desta Lei, sem expresso consentimento do Município.

Art. 5º - Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Edifício da Prefeitura Municipal de Bandeirantes, Estado do Paraná, em 16 de junho de 2009.

Celso Benedito da Silva
Prefeito Municipal